



BOLETIM OFICIAL

PARTE C

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho n.º 06/2026

Delegando competências no Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. 3

MINISTÉRIO DA MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direção Nacional da Administração Pública

Extrato do Despacho n.º 93/2026

Aposentando Joaquim Pires de Andrade, Zelador, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de São Felipe. 4

Extrato do Despacho n.º 94/2026

Aposentando Paulo Varela Furtado Mendonça, Operador Semiqualeficado, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal da Praia. 5

Extrato do Despacho n.º 95/2026

Aposentando Maria Antónia Cardoso Pires, Apoio Operacional Nível I, do Quadro de Pessoal da FICASE - Federação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar. 6

Extrato do Despacho n.º 96/2026

Revisando aposentação de Neusa Augusta Santos Almeida, Assistente Graduado, do Quadro de Pessoal da Universidade de Cabo Verde. 7

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE

Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial

Extrato do Despacho n.º 97/2026

Nomeando em Comissão Ordinária de Serviço, Flávio Mendes Pires, Licenciado em Ciências de Educação - Desenvolvimento Curricular e Tecnologia Educativa, para exercer as funções de Delegado do Ministério da Agricultura e Ambiente, na Delegação dos Mosteiros. 8

INSTITUTO DO DESPORTO E DA JUVENTUDE (IDJ)

Extrato da Deliberação n.º 59/CD/IDJ/25

Dando por finda a Comissão de Serviço de Darlyn Henriette Estrela da Cruz, do cargo de Assessora do Conselho Diretivo do Instituto do Desporto e da Juventude. 9

Extrato da Deliberação n.º 60/CD/IDJ/25

Nomeando, em Comissão de Serviço, Sandra Helena Almeida Moreira, Mestre em Língua Portuguesa, para exercer o cargo de Assessora do Conselho Diretivo do Instituto do Desporto e da Juventude. 10

PARTE D**MINISTÉRIO PÚBLICO*****Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público*****Extrato da Deliberação n.º 77/CSMP/2025/2026**

Designando Patrício Monteiro Varela e José Carlos Lopes Correia, Procuradores da República de 1ª Classe, como Inspetores Ad hoc do Serviço de Inspeção do Ministério Público, com efeitos retroativos a 17 de setembro de 2025, até ao recrutamento de novos inspetores. 11

PARTE G**MUNICÍPIO DA PRAIA*****Câmara Municipal*****Deliberação n.º 001/CMP/2026**

Nomeando em regime de substituição e por urgente conveniência de serviço, Ailton Sérgio Lopes Gomes nas Funções de Diretor da Juventude da Câmara Municipal da Praia. 12

MUNICÍPIO DO MAIO***Câmara Municipal*****Despacho n.º 1/2026**

Nomeando Alcino Ramos Silva, Licenciado em Ciências Comerciais e Financeiras, para exercer o cargo de Delegado Municipal. 14

Extrato de Deliberação n.º 98/2026

Contratando por tempo indeterminado, Maria Filomena da Veiga Gonçalves Oliveira, Licenciada em Relações Internacionais e Diplomacia. 15

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Despacho n.º 06/2026

Sumário: Delegando competências no Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Considerando que às Forças Armadas incumbe, em exclusivo, a execução da componente militar da Defesa Nacional, nos termos do disposto na Constituição da República;

Considerando que a aquisição de fardamento destinado a equipar as Forças Armadas é de suma importância para o cabal cumprimento das missões que lhe são atribuídas, especialmente por ser imprescindível para a realização das duas incorporações anualmente previstas, motivo pelo qual o seu provimento deve encontrar-se sempre assegurado;

Considerando que a aquisição de material de Fardamento será executada através de concurso público, nos termos previstos no Código de Contratação Pública, aprovado pela Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril, na sua redação atual;

Assim,

1. Nos termos do artigo 42º, n.º 1, alínea c) do Decreto-Lei n.º 1/2009, de 5 de janeiro, ex. vi e por força do artigo 3º n.º 2, da Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril, autorizo a realização da despesa para a aquisição de fardamento, através de concurso público, e no valor não superior a 21.000.000\$00 (vinte e um milhões escudos) conforme consta da Rubrica “ROUPA, VESTUÁRIO E CALÇADOS” do Orçamento das Forças Armadas, aprovado para o ano de 2025.
2. Ao abrigo do disposto no artigo 42º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 1/2023, de 2 de outubro, conjugado com os artigos 59º e 116º, n.º 5, ambos do Código da Contratação Pública, aprovado pela Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril, delego no Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, sem faculdade de subdelegação, as competências que me são atribuídas pelo artigo 42º, n.º 1, alínea c), do Decreto-Lei n.º 1/2009, de 5 de janeiro, ex. vi por força do disposto no artigo 3º n.º 2, da Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril, para a celebração do respetivo contrato de compra e venda.

O presente Despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Cumpra-se. Publique-se.

Gabinete da Ministra de Estado e da Defesa Nacional, Praia, aos 27 de janeiro de 2026. — A Ministra de Estado e da Defesa Nacional, *Janine Tatiana Santos Lélis*.

**MINISTÉRIO DA MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

Direção Nacional da Administração Pública

Extrato do Despacho n.º 93/2026

Sumário: Aposentando Joaquim Pires de Andrade, Zelador, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de São Felipe.

Extrato do Despacho do Diretor de Serviço da Segurança Social por subdelegação de Competência do Director Nacional da Administração Pública, ao abrigo do Despacho n.º 32/2025 de 11 de abril.

De 22 de dezembro de 2025

Joaquim dos Reis Cabral, Apoio Operacional Nível I-1-I, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, aposentado, nos termos do n.º 1 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência(EAPS), aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de dezembro, com direito à pensão provisória anual de 357 276,00 (trezentos e cinquenta e sete mil duzentos e setenta e seis escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do EAPS, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 17 de julho de 2025 do Director Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Finanças, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 12 anos, 3 meses e 15 dias.

O montante em dívida no valor de 168 150,00 (cento e sessenta e oito mil cento e cinquenta escudos), poderá ser amortizado em 148 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 570,00 CVE e as restantes de 1 140,00 CVE.

A despesa tem cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 07 de janeiro de 2026)

Direção Nacional da Administração Pública, Praia, aos 26 de janeiro de 2026. — O Diretor SSS,
António Centeio.

**MINISTÉRIO DA MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

Direção Nacional da Administração Pública

Extrato do Despacho n.º 94/2026

Sumário: Aposentando Paulo Varela Furtado Mendonça, Operador Semiqualeficado, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal da Praia.

Extrato do Despacho do Diretor de Serviço da Segurança Social por subdelegação de Competência do Diretor Nacional da Administração Pública, ao abrigo do Despacho n.º 32/2025 de 11 de abril.

De 14 de janeiro de 2026

Paulo Varela Furtado Mendonça, Operador Semiqualeficado, Ref^a. 05, Esc. A, do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Praia, aposentado, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 175º da Lei n.º 20/X/2023, de 24 de março que define as Bases do Emprego Público, com direito à pensão provisória anual de 379 320,00 (trezentos e setenta e nove mil trezentos e vinte escudos), sujeita a retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do EAPS, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 16 de dezembro de terça-feira do Presidente da Câmara Municipal, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 20 anos.

O montante em dívida no valor de 457 440,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e quarenta escudos), poderá ser amortizado em 320 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1 590,00 CVE e as restantes de 1 430,00 CVE.

A despesa tem cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 19 de janeiro de 2026)

Direção Nacional da Administração Pública, Praia, aos 26 de janeiro de 2026. — O Diretor SSS,
António Centeio.

**MINISTÉRIO DA MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

Direção Nacional da Administração Pública

Extrato do Despacho n.º 95/2026

Sumário: Aposentando Maria Antónia Cardoso Pires, Apoio Operacional Nível I, do Quadro de Pessoal da FICASE - Federação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar.

Extrato do Despacho do Director de Serviço da Segurança Social por subdelegação de Competência do Director Nacional da Administração Pública, ao abrigo do Despacho n.º 32/2025 de 11 de abril.

De 22 de dezembro de 2025

Maria Antónia Cardoso Pires, Apoio Operacional Nível I, do quadro de pessoal da FICASE-Federação Caboverdiana de Acção Social Escolar, aposentada, nos termos do n.º 1 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência (EAPS), aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de dezembro, com direito à pensão provisória anual de 282 636,00 (duzentos e oitenta e dois mil seiscentos e trinta e seis escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do EAPS, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 30 de setembro de 2025 do Director Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Finanças, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 7 anos, 4 meses e 21 dias.

O montante em dívida no valor de 81 586,00 (oitenta e um mil quinhentos e oitenta e seis escudos), poderá ser amortizado em 89 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 626,00 CVE e as restantes de 920,00 CVE.

A despesa tem cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 07 de janeiro de 2026).

Direção Nacional da Administração Pública, Praia, aos 26 de janeiro de 2026. — O Diretor SSS,
António Centeio.

**MINISTÉRIO DA MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

Direção Nacional da Administração Pública

Extrato do Despacho n.º 96/2026

Sumário: Revisando aposentação de Neusa Augusta Santos Almeida, Assistente Graduado, do Quadro de Pessoal da Universidade de Cabo Verde.

Extrato do Despacho do Diretor de Serviço da Segurança Social por subdelegação de Competência do Diretor Nacional da Administração Pública, ao abrigo do Despacho n.º 32/2025 de 11 de abril.

De 22 de dezembro de 2025

Neusa Augusta Santos Almeida, Assistente Graduado Esc. 2, Ref.^a D, do quadro de pessoal do(a) UNICV-Universidade de Cabo Verde, aposentada, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência (EAPS), aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de dezembro, com direito à pensão provisória anual de 1 875 600,00 (um milhão oitocentos e setenta e cinco mil e seiscentos escudos), sujeita à retificação, calculada em conformidade com o artigo 37º do EAPS, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

É revisto o Despacho de 27 de dezembro de 2019, publicada na II Série do Boletim Oficial n.º 33 de 12 de março de 2020.

A despesa tem cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

(Visado pelo Tribunal de Contas, em 07 de janeiro de 2026).

Direção Nacional da Administração Pública, Praia, aos 26 de janeiro de 2026. — O Diretor SSS,
António Centeio.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE

Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial

Extrato do Despacho n.º 97/2026

Sumário: Nomeando em Comissão Ordinária de Serviço, Flávio Mendes Pires, Licenciado em Ciências de Educação - Desenvolvimento Curricular e Tecnologia Educativa, para exercer as funções de Delegado do Ministério da Agricultura e Ambiente, na Delegação dos Mosteiros.

Extrato do Despacho de S. Ex.^a o Ministro da Agricultura e Ambiente

De 11 de dezembro de 2025

É nomeado, Flávio Mendes Pires, Licenciado em Ciências de Educação - Desenvolvimento Curricular e Tecnologia Educativa, para exercer em comissão ordinária de serviço, o cargo de Delegado do Ministério da Agricultura e Ambiente na Delegação dos Mosteiros, nos termos do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 04 de novembro, conjugado com o n.º 7 do artigo 27º do Decreto-Lei n.º 57/2021, de 29 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 13/2023, de 23 de março e Decreto-Lei n.º 28/2024, de 13 de junho e alínea m) do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 46/2025, de 10 dezembro, bem, como pela alínea c) do artigo 59º da Lei n.º 20/X/2023, de 24 de março, alterado pela Lei n.º 49/X/2025, de 07 de abril, com efeitos a partir da data da sua publicação no Boletim Oficial.

A despesa tem cabimento na rubrica 02.01.01.03.02.01 – Recrutamento e Nomeações

Centro de custo 40.10.20.05.03 – Gabinete do Ministério da Agricultura e Ambiente.

(Visto pelo Tribunal de Contas em 12 de janeiro de 2026)

Direção de Serviço de Gestão de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial do Ministério da Agricultura e Ambiente, na Praia, aos 19 de dezembro de 2025. — A Diretora de Serviço, *Tatiana Vieira Pinto*.

INSTITUTO DO DESPORTO E DA JUVENTUDE (IDJ)**Extrato da Deliberação n.º 59/CD/IDJ/25**

Sumário: Dando por finda a Comissão de Serviço de Darlyn Henriette Estrela da Cruz, do cargo de Assessora do Conselho Diretivo do Instituto do Desporto e da Juventude.

É dada por finda a comissão de Serviço da Sra. Darlyn Henriette Estrela da Cruz, do cargo de Assessora do Conselho Diretivo do Instituto do Desporto e da Juventude (IDJ), com efeitos a partir de 01 de novembro de 2025.

Direção de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial, Praia, aos 08 de janeiro de 2026. — O Diretor, *Luis Carlos Ferros*.

INSTITUTO DO DESPORTO E DA JUVENTUDE (IDJ)**Extrato da Deliberação n.º 60/CD/IDJ/25**

Sumário: Nomeando, em Comissão de Serviço, Sandra Helena Almeida Moreira, Mestre em Língua Portuguesa, para exercer o cargo de Assessora do Conselho Diretivo do Instituto do Desporto e da Juventude.

Sra. Sandra Helena Almeida Moreira, Mestre em Língua Portuguesa é nomeada, em comissão de serviço, para exercer o cargo de Assessora do Conselho Diretivo do Instituto do Desporto e da Juventude, com efeitos a partir do dia 19 de janeiro de 2026.

Direção de Recursos Humanos, Financeiro e Patrimonial, Praia, aos 22 de janeiro de 2026. — O Diretor, *Luis Carlos Ferros*.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público

Extrato da Deliberação n.º 77/CSMP/2025/2026

Sumário: Designando Patrício Monteiro Varela e José Carlos Lopes Correia, Procuradores da República de 1ª Classe, como Inspectores Ad hoc do Serviço de Inspeção do Ministério Público, com efeitos retroativos a 17 de setembro de 2025, até ao recrutamento de novos inspectores.

De 19 de dezembro de 2025

O Conselho Superior do Ministério Público, reunido em sessão ordinária de 19 de dezembro de 2025, e no uso das competências conferidas nos artigos 31º e 32º e nas alíneas c) e q) do n.º 1 do artigo 37º da Lei n.º 89/VII/2011, de 14 de fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público, alterada pela Lei n.º 63/X/2025, de 10 de setembro, artigos 6.º, n.º 2, 80.º, 104.º da Lei n.º 65/X/2025, de 10 de setembro, conjugados com o artigo 153.º do Código do Procedimento Administrativo, por unanimidade, delibera:

1. Designar o Dr. Patrício Monteiro Varela e Dr. José Carlos Lopes Correia, Procuradores da República de 1ª Classe, como Inspectores Ad hoc do Serviço de Inspeção do Ministério Público, com efeitos retroativos a 17 de setembro de 2025, até ao recrutamento de novos inspectores.
2. Convalidar todos os atos por estes praticados no período entre 17 de setembro de 2025 e a presente data;
3. Determinar que os inspectores ad hoc ora nomeados prossigam com a instrução dos processos em cursos, designadamente, processos de inspeções, de inquéritos e disciplinares.
4. Dar conhecimento da presente deliberação aos magistrados e ao Serviço de Inspeção do Ministério Público.

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, Praia, aos 19 de dezembro de 2025. — O Secretário do CSMP, *Zico António Fortes Andrade*.

MUNICÍPIO DA PRAIA
Câmara Municipal**Deliberação n.º 001/CMP/2026**

Sumário: Nomeando em regime de substituição e por urgente conveniência de serviço, Ailton Sérgio Lopes Gomes nas Funções de Diretor da Juventude da Câmara Municipal da Praia.

A Câmara Municipal da Praia, tendo em consideração os objetivos estratégicos delineados, constantes do Programa de Governação Municipal para o quadriénio 2024-2028, resultante das eleições autárquicas realizadas a 1 de dezembro de 2024, propôs a Assembleia Municipal da Praia, ajustamentos na orgânica dos serviços municipais. Estas alterações visam garantir uma estrutura institucional mais eficiente e adaptada à concretização dos grandes objetivos definidos no Programa de Governação Municipal.

Ciente da necessidade urgente de operacionalizar o Plano de Atividades para o ano de 2026 e de evitar vacaturas nas funções das Direções de Serviço, a Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 9 de janeiro de 2026, delibera ao abrigo do n.º 1 e da alínea d) do n.º 2 do artigo 92 da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho que aprova os Estatutos dos Municípios, conjugado com conjugado com o n.º 2, do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de novembro, delibera o seguinte:

Artigo 1.º**(Nomeação)**

É nomeado em regime de substituição e por urgente conveniência de serviço, o Sr. Ailton Sérgio Lopes Gomes nas Funções de Diretor da Juventude da Câmara Municipal da Praia.

Artigo 2.º**(Encargos)**

Os encargos relacionados com estas nomeações encontram-se previstos no Orçamento da Câmara Municipal da Praia, em vigor para o ano de 2025.

Artigo 3.º**(Entrada em vigor)**

A presente deliberação produz efeitos no dia 1 de janeiro de 2025.

Isento do Visto do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 2, do artigo 33º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de novembro.

Publique-se no Boletim Oficial!

Câmara Municipal da Praia, aos 9 de janeiro de 2026. — O Presidente, *Francisco Avelino Vieira de Carvalho*.

MUNICÍPIO DO MAIO
Câmara Municipal**Despacho n.º 1/2026**

Sumário: Nomeando Alcino Ramos Silva, Licenciado em Ciências Comerciais e Financeiras, para exercer o cargo de Delegado Municipal.

Nos termos do artigo Artigo 172.º, n.º 2, da nº Lei n.º 48/X/2025, de 4 de Abril, conjugado com o artigo 97.º da Lei n.º 42/VII/2009, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 1/IX/2016, de 11 de agosto, a Câmara Municipal do Maio nomeia Alcino Ramos Silva, Licenciado em Ciências Comerciais e Financeiras pela Universidade Mouloud Mammeri de Tizi-Ouzou – Argélia para exercer o cargo de Delegado Municipal, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2026.

Nos termos do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 10 de setembro, a presente nomeação está isenta de visto do Tribunal de Contas.

As despesas resultantes deste ato são suportadas pelo Orçamento do Município referente ao ano económico de 2026, na rubrica 02.01.01.01.01 – Recrutamento e Nomeações do Gabinete do Presidente, Quadro especial.

Cumpra-se os procedimentos legais.

Porto Inglês, Ilha do Maio, aos 2 janeiro 2026. — O Presidente da Câmara Municipal do Maio,
Valdino Rely Freire de Brito.

MUNICÍPIO DO MAIO
Câmara Municipal**Extrato de Deliberação n.º 98/2026**

Sumário: Contratando por tempo indeterminado, Maria Filomena da Veiga Gonçalves Oliveira, Licenciada em Relações Internacionais e Diplomacia.

De 31 de julho de 2025

Maria Filomena da Veiga Gonçalves Oliveira, Licenciada em Relações Internacionais e Diplomacia, aprovada em estágio probatório na Direção de Urbanismo, Infraestruturas e Transportes da Câmara Municipal do Maio, é contratada por tempo indeterminado, no cargo de Técnico Júnior (ex. Técnico Nível I), ao abrigo do disposto no artigo 50º, n.º 1, alínea a), artigo 51º, n.º 2 e artigo 61º do decreto-Lei n.º 4/2024, de 30 de janeiro, com efeitos a partir da data da publicação no Boletim oficial. Visado pelo Tribunal de Contas, aos 20 de novembro de 25.

Os encargos deste ato, têm cabimento na rubrica orçamental 02.01.01.01.03, da Direção de Urbanismo, Infraestruturas e Transporte.

Cidade do Porto Inglês, aos 25 de novembro de 2025. — O Presidente da Câmara, *Valdino Rely Freire de Brito*.



II Série
BOLETIM OFICIAL
Registo legal, nº2/2001
de 21 de Dezembro de 2001

